



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário - Área Administrativa

Especialidade Contabilidade

Caderno de Prova, Cargo C03, Tipo 001

000000000000000000

00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Novembro/2007

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto abaixo.

O futuro da humanidade

Tudo indica que há um aquecimento progressivo do planeta e que esse fenômeno é causado pelo homem. Nossos filhos e netos já conhecerão seus efeitos devastadores: a subida do nível do mar ameaçará nossas costas, e o desequilíbrio climático comprometerá os recursos básicos – em muitos lugares, faltará água e faltará comida.

Os humanos (sobretudo na modernidade) prosperaram num projeto de exploração e domínio da natureza cujo custo é hoje cobrado. Para corrigir esse projeto, atenuar suas consequências e sobreviver, deveríamos agir coletivamente. Ora, acontece que nossa espécie parece incapaz de ações coletivas. À primeira vista, isso é paradoxal.

Progressivamente, ao longo dos séculos, chegamos a perceber qualquer homem como semelhante, por diferente de nós que ele seja. Infelizmente, reconhecer a espécie como grupo ao qual pertencemos (sentir solidariedade com todos os humanos) não implica que sejamos capazes de uma ação coletiva. Na base de nossa cultura está a idéia de que nosso destino individual é mais importante do que o destino dos grupos dos quais fazemos parte. Nosso individualismo, aliás, é a condição de nossa solidariedade: os outros são nossos semelhantes porque conseguimos enxergá-los como indivíduos, deixando de lado as diferenças entre os grupos aos quais cada um pertence. Provavelmente, trata-se de uma consequência do fundo cristão da cultura ocidental moderna: somos todos irmãos, mas a salvação (que é o que importa) decide-se um por um. Em suma: agir contra o interesse do indivíduo, mesmo que para o interesse do grupo, não é do nosso feitio.

Resumo: hoje, nossa espécie precisa agir coletivamente, mas a própria cultura que, até agora, sustentou seu caminho torna esse tipo de ação difícil ou impossível.

Mas não sou totalmente pessimista. Talvez nosso impasse atual seja a ocasião de uma renovação. Talvez saibamos inventar uma cultura que permita a ação coletiva da comunidade dos humanos que habitam o planeta Terra.

(Contardo Calligaris, **Folha de S. Paulo**, 8/02/07)

1. O autor identifica o seguinte **paradoxo** que, a seu ver, é central na história da espécie humana:
 - (A) os homens exploraram abusivamente a natureza e sofrem hoje os efeitos dessa exploração.
 - (B) apesar dos desastres ecológicos provocados pela ação humana, pode haver uma ação coletiva regeneradora.
 - (C) as razões pelas quais prosperamos em nosso planeta são as mesmas que tornam difícil enfrentar a situação presente.
 - (D) nós somente nos identificamos como semelhantes quando somos capazes de nos reconhecer como coletividade.
 - (E) o impasse atual deve ser resolvido quando formos capazes de enfrentar coletivamente os problemas de cada indivíduo.

2. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. O autor identifica no cristianismo uma provável razão para a força do individualismo que está na base da nossa *salvação*.
 - II. O pessimismo do autor somente não é total porque ele acredita ser possível que a situação de impasse enseje uma reação coletiva.
 - III. Para o autor, reconhecermo-nos como membros de uma mesma espécie não significa uma superação do nosso feitio individualista.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

3. Na frase *Os humanos (sobretudo na modernidade) prosperaram num projeto de exploração e domínio da natureza cujo custo é hoje cobrado*, a expressão sublinhada refere-se ao termo

- (A) *humanos*.
- (B) *domínio*.
- (C) *exploração*.
- (D) *projeto*.
- (E) *natureza*.

4. É coerente com o sentido da frase *Nosso individualismo, aliás, é a condição de nossa solidariedade* a seguinte afirmação:

- (A) Fôssemos menos individualistas, poderíamos ser mais solidários.
- (B) Não obstante sejamos individualistas, sabemos ser também solidários.
- (C) É da nossa solidariedade que decorre todo o nosso individualismo.
- (D) Não fosse nossa solidariedade, não seríamos tão individualistas.
- (E) Nossa solidariedade depende substancialmente do nosso individualismo.

5. Pode-se substituir, sem prejuízo para a correção e para o sentido, o segmento sublinhado na frase:

- (A) *Para corrigir esse projeto (...), deveríamos agir coletivamente* por **Haja vista a correção desse**.
- (B) *Talvez nosso impasse atual seja a ocasião de uma renovação* por **propício para**.
- (C) (...) *agir contra o interesse do indivíduo (...)* não é do nosso feitio por **ir ao encontro do**.
- (D) *À primeira vista*, isso é paradoxal por **Ao cabo**.
- (E) (...) *a própria cultura que, até agora, sustentou seu caminho* torna esse tipo de ação difícil ou impossível por **susteve em sua trajetória**.

<p>6. Quanto à concordância verbal, está inteiramente correta a frase:</p> <p>(A) Caso venha a se manter os atuais índices de aquecimento global, a humanidade não terá como garantir seu futuro neste planeta.</p> <p>(B) Nunca fizeram parte das conquistas da nossa cultura e da nossa tecnologia a contabilidade dos riscos ecológicos.</p> <p>(C) As idéias em cuja base se assenta todo o nosso ideário de civilização tem um feitiço fortemente individualista.</p> <p>(D) Acabam por constituir um formidável dilema a nossa tendência ao individualismo e a nossa necessidade de uma ação coletiva.</p> <p>(E) Não se devem imputar a todos os homens a responsabilidade pelas ações desastrosas contra o meio ambiente.</p>	<p>10. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:</p> <p>(A) O aquecimento progressivo do planeta, <u>do qual</u> tantos encontram razões de pânico, talvez ainda seja reversível.</p> <p>(B) O fundamento cristão, <u>de cujo</u> trata o autor, implica tanto o plano do individualismo humano como o da fraternidade universal.</p> <p>(C) O projeto de exploração e domínio da natureza, <u>a que</u> vimos nos dedicando há séculos, gerou danosas conseqüências para o planeta.</p> <p>(D) <u>Junto com</u> o fenômeno do desequilíbrio climático associa-se o comprometimento dos nossos recursos básicos.</p> <p>(E) Ao longo dos séculos, <u>onde</u> ocorreram tantos abusos contra o equilíbrio natural, o homem mostrou-se insensível aos fundamentos da ecologia.</p>
<p>7. NÃO admite transposição para a voz passiva a seguinte construção:</p> <p>(A) O atual desequilíbrio climático certamente comprometerá nossos recursos.</p> <p>(B) Nossos descendentes haverão de reconhecer esses efeitos devastadores.</p> <p>(C) Muitos sustentam a possibilidade de superação desse nosso dilema.</p> <p>(D) Nossa própria cultura engendrou esse dilema de difícil solução.</p> <p>(E) Trata-se de uma conseqüência direta dos fundamentos do cristianismo.</p>	<p>11. Um programa ou software aplicativo no momento de sua execução em um microcomputador normalmente tem que estar carregado</p> <p>(A) na memória RAM.</p> <p>(B) na memória <i>Flash</i>.</p> <p>(C) na memória ROM.</p> <p>(D) no processador.</p> <p>(E) no disco rígido.</p>
<p>8. <i>Mas não sou totalmente pessimista. Talvez nosso impasse atual seja a ocasião de uma renovação. Talvez saibamos inventar uma cultura que permita a ação coletiva da comunidade dos humanos que habitam o planeta Terra.</i></p> <p>Permanecerá adequada a correlação entre os tempos e os modos verbais caso as formas verbais sublinhadas na frase acima sejam substituídas, respectivamente, por:</p> <p>(A) era – fosse – soubéssemos – permitisse</p> <p>(B) era – seria – saberemos – permitisse</p> <p>(C) serei – viesse a ser – saberíamos – permitirá</p> <p>(D) serei – venha a ser – soubéramos – permitia</p> <p>(E) era – fora – soubéremos – permitiu</p>	<p>12. NÃO é um componente exibido na barra de tarefas do Windows XP</p> <p>(A) o menu Iniciar.</p> <p>(B) a área de notificação.</p> <p>(C) a área de transferência.</p> <p>(D) a barra de ferramentas.</p> <p>(E) a barra de Inicialização rápida.</p>
<p>9. <i>Mas não sou totalmente pessimista. Talvez nosso impasse atual seja a ocasião de uma renovação.</i></p> <p>Está formalmente correta e coerente a reconstrução do trecho acima em:</p> <p>(A) O fato de não ser totalmente pessimista me leva a acreditar de que possivelmente esse impasse constitui nossa chance de se renovar.</p> <p>(B) Não me tomo de um pessimismo absoluto, dado que desse impasse talvez advenha uma renovação.</p> <p>(C) Como não é improvável que uma renovação deixe de vir por conta desse impasse, eis por que não me mostro plenamente pessimista.</p> <p>(D) Desta ocasião de impasse talvez surja uma renovação, visto que sequer estou inteiramente pessimista.</p> <p>(E) Conquanto não seja de todo pessimista, devo crer que uma renovação possa nascer com esse impasse.</p>	<p>13. Para continuar a digitação de um documento Word no início da página seguinte, pode-se inserir uma quebra de página manual por meio das teclas de atalho</p> <p>(A) Shift + Home</p> <p>(B) Shift + Enter</p> <p>(C) Ctrl + Home</p> <p>(D) Ctrl + Enter</p> <p>(E) Ctrl + Page Down</p> <p>14. Os softwares de correio eletrônico normalmente utilizam para entrada de emails e saída de emails, respectivamente, os servidores</p> <p>(A) POP3 + HTTP</p> <p>(B) POP3 + SMTP</p> <p>(C) SMTP + POP3</p> <p>(D) SMTP + HTTP</p> <p>(E) HTTP + POP3</p>

<p>15. Para uma pessoa física ter assegurado o conhecimento de informações pessoais, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público poderá se valer de</p> <p>(A) mandado de segurança. (B) mandado de injunção. (C) <i>habeas data</i>. (D) <i>habeas corpus</i>. (E) ação popular.</p>	<p>20. Dentre outros, NÃO podem ser nomeados membros das Juntas Eleitorais os</p> <p>(A) escreventes de cartório criminal. (B) professores primários. (C) que estiverem cursando universidade federal. (D) engenheiros civis. (E) que pertencerem ao serviço eleitoral.</p>
<p>16. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns os</p> <p>(A) membros do Ministério Público da União que oficiem perante Tribunais. (B) membros dos Tribunais de Contas do Estado. (C) Governadores dos Estados. (D) membros dos Tribunais Regionais Federais. (E) Ministros de Estado.</p>	<p>21. João é Ministro do Superior Tribunal de Justiça e José é Desembargador do Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado de São Paulo. João e José, preenchidos os demais requeridos legais, podem vir a integrar o</p> <p>(A) Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. (B) Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e o Tribunal Superior Eleitoral, respectivamente. (C) Tribunal Superior Eleitoral. (D) Tribunal Superior Eleitoral e o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, respectivamente. (E) Tribunal Regional Eleitoral de qualquer Estado da Federação.</p>
<p>17. Considere as hipóteses abaixo.</p> <p>I. Exercício, ainda que em disponibilidade, de outro cargo ou função, salvo uma de magistério. II. Receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo. III. Dedicção à atividade político-partidária. IV. Exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos cinco anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.</p> <p>São vedações impostas pela Constituição Federal aos Magistrados as hipóteses indicadas APENAS em:</p> <p>(A) I, II e IV. (B) I, II e III. (C) I, III e IV. (D) II e III. (E) II, III e IV.</p>	<p>22. A respeito das licitações, considere as afirmativas abaixo.</p> <p>I. É dispensável a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública. II. Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número de três, sem a necessária qualificação. III. Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, podendo ser permitida a cotação do preço em moeda estrangeira nas concorrências de âmbito internacional realizadas no Brasil. IV. Nos casos em que couber a modalidade de licitação convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços.</p> <p>É correto o que se afirma APENAS em:</p> <p>(A) I, II e III. (B) I e III. (C) I, III e IV. (D) II e IV. (E) III e IV.</p>
<p>18. Dentre outras atribuições, NÃO compete aos Juízes Eleitorais</p> <p>(A) conceder transferência de eleitor. (B) expedir títulos eleitorais. (C) determinar a inscrição de eleitores. (D) dividir a circunscrição em Zonas Eleitorais. (E) determinar a exclusão de eleitores.</p>	<p>23. As ações que visam aplicação de sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, Lei nº 8.429/92, podem ser propostas</p> <p>(A) até cinco anos, a partir da demissão do servidor que exerce cargo efetivo. (B) a qualquer tempo, pois em toda hipótese há imprescritibilidade, e sempre deve prevalecer o interesse público. (C) até cinco anos após o término do exercício de mandato. (D) dentro do prazo prescricional previsto em lei especial para as faltas disciplinares puníveis com demissão, no caso de o agente público exercer função de confiança. (E) até cinco anos, em qualquer hipótese.</p>
<p>19. A competência para processar e julgar originariamente os crimes eleitorais cometidos pelos Juízes Eleitorais é</p> <p>(A) dos Tribunais Regionais Eleitorais dos respectivos Estados. (B) do Superior Tribunal Eleitoral. (C) das Juntas Eleitorais. (D) do Ministério Público Eleitoral. (E) do Corregedor Geral Eleitoral.</p>	

<p>24. Apurar e punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas ao regime dos órgãos e serviços da Administração compreende conceito do poder</p> <p>(A) disciplinar. (B) de polícia. (C) hierárquico. (D) discricionário. (E) regulamentar.</p>	<p>28. O prazo para a posse dos Juízes do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, é de</p> <p>(A) sessenta dias contados do início de exercício, podendo ser prorrogado até mais sessenta dias, aprovado por um terço dos seus membros. (B) quarenta e cinco dias contados do início de exercício no cargo, improrrogável. (C) quarenta e cinco dias contados da escolha, podendo ser prorrogado até mais trinta dias, desde que assim o requeira, o Juiz a ser compromissado, dispensada qualquer justificativa. (D) trinta dias contados da escolha ou da publicação oficial da nomeação, podendo ser prorrogado até mais sessenta dias, desde que assim o requeira, motivadamente, o Juiz a ser compromissado. (E) trinta dias contados da escolha ou da publicação oficial da nomeação, improrrogável.</p>
<p>25. Dentre outros, NÃO são considerados casos de vacância de cargo público</p> <p>(A) a promoção, a exoneração e a readaptação. (B) o falecimento, a redistribuição e a transferência. (C) a posse em outro cargo inacumulável, a exoneração e o falecimento. (D) a demissão, a aposentadoria e a readaptação. (E) a exoneração, a demissão e a posse em outro cargo inacumulável.</p>	<p>29. Nos termos do seu regimento, o requerimento de arquivamento de inquérito policial ou de peças de informações, em feitos de competência originária do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, compete privativamente ao</p> <p>(A) Diretor-Geral. (B) Presidente. (C) Vice-Presidente. (D) Corregedor Regional Eleitoral. (E) Procurador Regional Eleitoral.</p>
<p>26. Hércules, analista judiciário, ocupante de cargo em comissão poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições que atualmente ocupa,</p> <p>(A) hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período de interinidade. (B) caso em que deverá receber, durante o período de interinidade, a remuneração proporcional ao exercício desses cargos, acrescida de 20 %. (C) mediante autorização da autoridade competente, caso em que receberá as remunerações correspondentes a esses cargos, com redução de 30 %. (D) recebendo a remuneração correspondente a esses cargos, acrescida de 10 %, durante o período de interinidade. (E) hipótese em que receberá, durante o período de interinidade, a remuneração correspondente ao cargo de maior complexidade de atribuições.</p>	<p>30. Nos termos do seu Regimento Interno, relativamente às Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, considere as afirmativas abaixo.</p> <p>I. Em caso de substituição temporária, caberá ao Substituto o lugar que competir ao Substituído. II. Durante as férias, o Tribunal reunir-se-á apenas extraordinariamente, quando convocado pelo Corregedor Regional Eleitoral. III. Em qualquer caso, o Tribunal deliberará com a presença mínima de três de seus Membros, salvo nos casos de anulação das eleições, onde se exigirá a presença de no mínimo dois terços dos seus integrantes. IV. Atuará como Secretário das sessões o titular da Diretoria-Geral e, em seus impedimentos ou faltas, o seu substituto legal. V. No caso de ausência ou afastamento de algum de seus Membros e não havendo <i>quorum</i>, será comovocado o respectivo Substituto ou será designada uma nova sessão para julgamento.</p> <p>É correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e III. (B) I, IV e V. (C) II, III e IV. (D) II e V. (E) III, IV e V.</p>
<p>27. Tendo em vista a comunicação em processos administrativos no âmbito na Administração Pública Federal, considere as afirmações abaixo.</p> <p>I. A intimação do interessado deverá observar sempre a antecedência mínima de cinco dias úteis quanto à data de comparecimento. II. As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade. III. O desatendimento da intimação não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo administrado. IV. No prosseguimento do processo, em que ocorreu o desatendimento da intimação, não mais será garantido o direito de ampla defesa ao interessado.</p> <p>É correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II e III. (B) I e IV. (C) II e III. (D) II e IV. (E) II, III e IV.</p>	

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Atenção: Para responder às questões de números 31 a 37 considere as informações e os dados ajustados abaixo.

I. A empresa Comercial Aliança apresenta uma listagem de suas contas, em 31.12.06, com seus respectivos saldos finais a seguir:

Lista de Contas	Valores
Caixa	1.000
Capital Social	2.000
Contas a Pagar	2.000
Contas a Receber	2.000
Custo das Mercadorias Vendidas	1.000
Depreciação Acumulada	500
Despesas Administrativas	400
Despesas de Vendas	300
Estoques	2.000
Financiamentos a Pagar Após 36 meses	1.200
Imobilizado	2.000
Impostos a Pagar	500
Investimentos Permanentes	1.000
Outras Receitas	140
Provisão para Devedores Duvidosos	60
Salários a Pagar	300
Vendas	2.000

II. Ao analisar a listagem fornecida pela empresa, o responsável pela contabilidade identifica na listagem fornecida a ausência de uma única conta e de seu respectivo saldo, relativa a uma operação de Empréstimo a Pagar com vencimento para 180 dias, para que o balancete de verificação da empresa ficasse completo.

31. O total correto dos saldos credores finais das contas que a empresa deveria apresentar é de
- (A) R\$ 9.140
 - (B) R\$ 9.200
 - (C) R\$ 9.640
 - (D) R\$ 9.700
 - (E) R\$ 9.740

32. O valor total das contas de Ativo é
- (A) R\$ 7.440
 - (B) R\$ 6.440
 - (C) R\$ 6.240
 - (D) R\$ 5.360
 - (E) R\$ 5.240

33. O valor do Capital Circulante Líquido seria
- (A) Positivo R\$ 3.200
 - (B) Positivo R\$ 1.140
 - (C) Positivo R\$ 1.200
 - (D) Negativo R\$ 140
 - (E) Negativo R\$ 660

34. O resultado do exercício de 2006 é
- (A) Lucro R\$ 300
 - (B) Lucro R 250
 - (C) Lucro R\$ 440
 - (D) Prejuízo R\$ 300
 - (E) Prejuízo R\$ 440

35. O total do Capital de terceiros é de
- (A) R\$ 1.200
 - (B) R\$ 2.000
 - (C) R\$ 2.440
 - (D) R\$ 3.800
 - (E) R\$ 5.000

36. De acordo com a Resolução CFC 750/93, o Princípio Fundamental de Contabilidade, que se refere simultaneamente à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram, é o da
- (A) Entidade.
 - (B) Competência.
 - (C) Integridade.
 - (D) Oportunidade.
 - (E) Continuidade.

37. Os direitos que tenham por objetivo bens destinados à manutenção da atividade da empresa serão classificados, de acordo com a Lei nº 6.404/76, como
- (A) Realizável a Longo Prazo.
 - (B) Imobilizado.
 - (C) Ativo Circulante.
 - (D) Diferido.
 - (E) Investimentos Permanentes.

38. A empresa Katundó, em 31.12.2006, apresenta aos sócios o seguinte conjunto de Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2006: Balanço Patrimonial, Fluxo de Caixa, Origens e Aplicações de Recursos, Valor Adicionado do Exercício, Demonstração do Resultado do Exercício, Notas Explicativas, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados. Das Demonstrações apresentadas não fazem parte das Demonstrações Financeiras exigidas pela Lei nº 6.404/76, artigo 176, as seguintes Demonstrações:
- (A) da Mutação do Patrimônio Líquido; e do Fluxo de Caixa.
 - (B) das Origens e Aplicações de Recursos, do Resultado do Exercício; e do Fluxo de Caixa.
 - (C) do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas; e do Balanço Patrimonial.
 - (D) do Valor Adicionado, do Fluxo de Caixa; e dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.
 - (E) do Valor Adicionado, do Fluxo de Caixa; e as Notas Explicativas.

39. O resultado de 2003 de uma Prefeitura, considerando o regime contábil misto e as informações abaixo, é:

Em R\$ mil	
Receita de 2002 recebida em 2003	50.000
Receita de 2004 recebida em 2003	25.000
Despesa de 2002 paga em 2003	20.000
Despesa de 2003 paga em 2003	15.000

- (A) R\$ 60.000.000
- (B) R\$ 30.000.000
- (C) R\$ 35.000.000
- (D) R\$ 10.000.000
- (E) R\$ 5.000.000

40. O conceito orçamentário adotado pelo setor público é:

- (A) A insuficiência de arrecadação ocorre quando a receita arrecadada é menor que a despesa empenhada.
- (B) O superávit da execução orçamentária é apurado no Balanço Patrimonial.
- (C) A economia orçamentária corresponde à diferença positiva entre a despesa fixada e a empenhada.
- (D) O déficit da previsão orçamentária ocorre quando a despesa prevista é menor que a despesa empenhada.
- (E) O excesso de arrecadação corresponde à diferença positiva entre a receita arrecadada e a despesa empenhada.

41. Em relação aos Sistemas de Escrituração da Contabilidade Pública, é correto afirmar que o Sistema

- (A) Financeiro abrange operações de natureza orçamentária e extra-orçamentária.
- (B) de Compensação registra os bens móveis, a dívida ativa e a dívida fundada.
- (C) Orçamentário compreende o saldo final do caixa e as receitas/despesas constantes da Lei Orçamentária e dos Créditos Adicionais.
- (D) Orçamentário abrange as variações patrimoniais ativas e passivas.
- (E) Financeiro registra direitos e obrigações que futuramente possam alterar o patrimônio, a finalidade do registro e o controle.

Atenção: Para responder às questões de números 42 a 44 considere as informações abaixo.

I. Demonstração das Variações Patrimoniais (em R\$ mil) em 30.11.2004 de uma autarquia:

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
Variações ativas		Variações Passivas	
Resultantes da execução Orçamentária	120.500	Resultantes da Execução Orçamentária	97.500
– Receita Orçamentária	100.230	– Despesa Orçamentária	82.320
– Mutações Patrimoniais	20.270	– Mutações Patrimoniais	15.180
Independentes da Execução Orçamentária	50.000	Independentes da execução Orçamentária	10.000
		Resultado Patrimonial	63.000
		– Superávit	63.000
Total geral	170.500	Total Geral	170.500

II. Em dezembro de 2004 foram identificados os seguintes eventos (em R\$ mil):

- Receita orçamentária arrecadada R\$ 9.000
- Despesa orçamentária empenhada R\$ 5.000
- Inscrição na Dívida Ativa R\$ 10.000
- Pagamento de Restos a Pagar R\$ 5.000

42. O resultado patrimonial apurado em 31.12.2004 foi de

- (A) R\$ 59.000.000
- (B) R\$ 67.000.000
- (C) R\$ 72.000.000
- (D) R\$ 73.000.000
- (E) R\$ 77.000.000

43. O total das Variações Ativas Resultantes da Execução Orçamentária do exercício de 2004 é de

- (A) R\$ 120.500.000
- (B) R\$ 127.500.000
- (C) R\$ 129.500.000
- (D) R\$ 170.500.000
- (E) R\$ 189.500.000

44. O total das Variações Ativas Independentes da Execução Orçamentária do exercício de 2004 monta em

- (A) R\$ 63.000.000
- (B) R\$ 60.000.000
- (C) R\$ 50.000.000
- (D) R\$ 20.000.000
- (E) R\$ 10.000.000

45. Considere os dados do Balanço Patrimonial abaixo.

Em R\$ mil

Balanço Patrimonial			
Ativo Financeiro	500	Passivo Financeiro	220
Caixa	500	Depósito	100
		Restos a pagar	100
Ativo Permanente	1.020	Serviços da dívida a pagar	20
Almoxarifado	505		
Imóveis	515	Passivo Permanente	800
		Dívida Fundada	800
		Saldo Patrimonial	500
		Ativo real Líquido	500
Total	1.520	Total	1.520

É correto afirmar que

- (A) o resultado patrimonial é R\$ 1.520.000.
- (B) o Passivo Real é R\$ 800.000.
- (C) a receita extra-orçamentária é R\$ 500.000.
- (D) o superávit financeiro é de R\$ 280.000.
- (E) o saldo patrimonial está deficitário em R\$ 500.000.

46. Dos procedimentos listados abaixo, NÃO é exigido pelo Decreto nº 93.872/86:

- (A) prescrever em dois anos a dívida passiva relativa a Restos a Pagar.
- (B) admitir que o ato do empenho seja contemporâneo à realização da despesa em caso de urgência caracterizada na legislação em vigor.
- (C) remeter cópia do contrato ao órgão de contabilidade dentro de cinco dias da assinatura do respectivo instrumento.
- (D) o empenho não poderá exceder o saldo disponível de dotação orçamentária.
- (E) empenhar as despesas relativas a convênios de vigência plurianual em cada exercício financeiro pela parte nele a ser executada.

47. A determinação “na lei orçamentária deve-se evitar matéria estranha à previsão da receita e da fixação da despesa” está contida no Princípio da

- (A) Universalidade.
- (B) Exclusividade.
- (C) Singularidade.
- (D) Clareza.
- (E) Competência.

48. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação é equiparado

- (A) à dívida pública mobiliária.
- (B) à concessão de garantia.
- (C) ao refinanciamento de dívida mobiliária.
- (D) à dívida pública consolidada.
- (E) à operação de crédito.

49. NÃO é procedimento relacionado com controle e acompanhamento do Suprimento de Fundos:

- (A) não conceder suprimento de fundos a responsável por dois suprimentos.
- (B) contabilizar como receita orçamentária as restituições recolhidas após o encerramento do exercício.
- (C) aplicação nos casos de despesas expressamente definidos em lei.
- (D) conceder suprimento de fundos a servidor declarado em alcance.
- (E) empenhar, na dotação própria, as despesas a realizar que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

50. A classificação de despesas que corresponde à funcional e programática é:

- (A) elemento de despesa, projeto, atividade, operação especial.
- (B) função, grupo de natureza da despesa, modalidade de aplicação.
- (C) função, subfunção, projeto, atividade, operação especial.
- (D) órgão, unidade orçamentária, função, modalidade de aplicação.
- (E) função, subfunção, programa, subprograma, modalidade de aplicação.

51. NÃO corresponde à dedução de receita no cálculo da receita corrente líquida, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal:

- (A) na União, as contribuições mencionadas na alínea "a" do inciso I, no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição.
- (B) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal.
- (C) nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social.
- (D) nos Estados, as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição.
- (E) nos Municípios, as parcelas entregues aos Estados por determinação constitucional.

52. NÃO corresponde a recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais:

- (A) o superávit orçamentário apurado no Balanço Orçamentário do exercício anterior.
- (B) os recursos provenientes de excesso de arrecadação.
- (C) as fontes resultantes da anulação parcial de dotações orçamentárias autorizadas em lei.
- (D) os produtos de operações de crédito autorizadas.
- (E) as verbas resultantes da anulação total de dotações orçamentárias autorizadas em lei.

<p>53. É INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor.</p> <p>(B) O empenho global é utilizado para despesas contratuais sujeitas a parcelamento.</p> <p>(C) O empenho da despesa pode exceder o limite de créditos concedidos.</p> <p>(D) O pagamento refere-se à entrega do numerário correspondente.</p> <p>(E) A fixação da despesa é caracterizada pela Lei do Orçamento.</p>	<p>56. A Companhia Variante procedeu, no decorrer do exercício de 2005, à alteração do critério de custeio de seus estoques para melhor atribuir os custos das mercadorias vendidas ao resultado, sem efetuar nenhum outro procedimento técnico. Este fato faz com que a empresa NÃO esteja atendendo ao princípio</p> <p>(A) da competência.</p> <p>(B) da entidade.</p> <p>(C) do custo histórico como base de valor.</p> <p>(D) da continuidade.</p> <p>(E) da uniformidade.</p>
<p>54. Ao realizar os procedimentos de auditoria, para a identificação de passivos não registrados, deve o auditor independente obter evidências sobre assuntos relevantes. O evento que NÃO deve influenciar na decisão de constituição ou não da provisão é</p> <p>(A) a existência de uma situação circunstancial que indique incerteza com possibilidade de perdas ou ganhos.</p> <p>(B) o período em que foram gerados os passivos.</p> <p>(C) o grau de probabilidade de um resultado favorável ou desfavorável.</p> <p>(D) o efeito negativo gerado pela provisão no resultado.</p> <p>(E) o valor ou a extensão da perda ou ganho potencial.</p>	<p>57. Considere as afirmativas sobre relatórios de auditoria interna.</p> <p>I. O relatório de auditoria interna deve ser apresentado à presidência da empresa, visto que é sua responsabilidade o cumprimento dos objetivos da auditoria.</p> <p>II. Os relatórios da auditoria interna devem sempre ser entregues ao término dos trabalhos, juntamente com as conclusões obtidas, para que sejam tomadas as medidas sobre as irregularidades e impropriedades urgentes.</p> <p>III. Deve conter o objetivo e a extensão dos trabalhos, os riscos associados aos fatos constatados, as conclusões e recomendações, dentre outras.</p> <p>É correto o que se afirma em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>55. O auditor externo, ao analisar as contas da Empresa Alienauto S.A. Concessionária de Veículos, constata que, na requisição de um automóvel para uso exclusivo da diretoria da empresa, o contador mantém o registro do referido automóvel no Estoque. Assim, o auditor considera o saldo da conta de</p> <p>(A) Veículos superavaliado, em decorrência do lançamento efetuado erroneamente.</p> <p>(B) Veículos sub-avaliado, em decorrência do lançamento efetuado erroneamente.</p> <p>(C) Estoques correto, em virtude de ser facultativa a contabilização tanto no estoque, como no imobilizado para empresas deste ramo de negócio.</p> <p>(D) Estoques correto, visto que o veículo pode vir a ser vendido pela empresa.</p> <p>(E) Estoques errado, visto que referido veículo deveria estar registrado na conta de investimentos.</p>	<p>58. O processo de convergência das normas contábeis brasileiras com as normas de contabilidade internacionais, de acordo com a Resolução CFC 953/03, exigiu que fosse adequada a frase que afirma, no parecer, que o auditor reconhece a aplicação destas normas, na elaboração das demonstrações. Assim, a expressão utilizada no parecer de auditoria passou a ser:</p> <p>(A) princípios fundamentais de contabilidade.</p> <p>(B) normas contábeis internacionais.</p> <p>(C) princípios universais de contabilidade.</p> <p>(D) práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>(E) procedimentos contábeis geralmente aceitos.</p>

59. O auditor da Empresa Confim S.A. toma conhecimento de fato relevante em que a empresa perdeu seu principal cliente após o encerramento das demonstrações contábeis e emissão de seu parecer. Neste caso, o auditor deve

- (A) considerar o fato em seu parecer por meio de parágrafo de ênfase ou ressalva, quando não ajustadas ou reveladas pela empresa.
- (B) exigir que a empresa faça carta aberta ao mercado relatando os fatos, mantendo seu parecer por já ter encerrado os trabalhos.
- (C) manter o seu parecer, tendo em vista o fato ter ocorrido após o encerramento dos seus trabalhos e a respectiva emissão do parecer.
- (D) sempre emitir parecer adverso após o conhecimento dos fatos, cancelando o parecer anterior.
- (E) acordar com a empresa para que o fato relevante não seja divulgado ao mercado, mantendo a divulgação das demonstrações contábeis na forma anterior.

60. A empresa Exata S.A. adquiriu novo sistema de controle de estoques com objetivo de eliminar as diferenças apresentadas nos últimos cinco inventários anuais, a saber:

Ano	Total dos Estoques	Diferença apresentada
2002	R\$ 1.000.000,00	R\$ 5.000,00
2003	R\$ 1.200.000,00	R\$ 6.000,00
2004	R\$ 1.350.000,00	R\$ 3.500,00
2005	R\$ 2.500.000,00	R\$ 6.000,00
2006	R\$ 4.000.000,00	R\$ 2.000,00

O custo do novo sistema foi de R\$ 500.000,00 e a manutenção de R\$ 600,00 por mês. O auditor deveria avaliar a transação sob o aspecto

- (A) do custo como base de valor.
- (B) do custo e do benefício.
- (C) da continuidade.
- (D) da uniformidade.
- (E) da competência.